

IMPACTOS AMBIENTAIS CAUSADOS PELA PRÁTICA DO TURISMO RELIGIOSO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: A REALIDADE DO PARQUE ESTADUAL PEDRA DA BOCA – PB

Autor: Sabrina Belmiro Lucas (1); Co-autor: Fabiana de Miranda Silva (1); Co-autor: Fábio Lucas de Oliveira Barros (2).

(Universidade Estadual da Paraíba, sabbrina_belmiro@hotmail.com (1); Universidade Estadual da Paraíba, fabi_cg@msn.com (1); Universidade Federal de Campina Grande, fabio.barrosnp@gmail.com (2))

Introdução

O Estado da Paraíba dispõe de uma exuberante coleção de paisagens de ordem natural, histórico-cultural e social (CAVALCANTE, 2007) e para preservar todo este patrimônio, o Estado possui 34 Unidades de Conservação onde 16 destas são geridas pelo governo estadual. Os órgãos responsáveis por administrar e fiscalizar estas UC's na Paraíba é a Superintendência de Administração do Meio Ambiente (SUDEMA), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), a Secretaria Estadual de Meio Ambiente, e em parceria com estes, as Secretarias Municipais de Meio Ambiente. Estes órgãos são responsáveis por executar o SNUC, contribuir como os objetivos de criação e administrar as UC's nas competências federais, estaduais e municipais (CAVALCANTE, 2007). Porém, percebe-se que existe uma falta de fiscalização/conscientização efetiva nesses locais por parte da população, visto que são percebidas atividades humanas que degradam de alguma maneira estes locais, embora protegidos por lei. De acordo com Brasil (2000), conforme o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) Lei Nº 9.985, de 18 de Julho de 2000, entende-se por Unidades de Conservação:

Espaços territoriais e seus componentes, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (SNUC, Lei nº9.985, Art. 2; 2000).

Dentro das UC's paraibanas citamos o Parque Estadual Pedra da Boca (PEPB), localizado no município de Araruna, distante 165 km da capital do Estado João Pessoa. O PEPB é uma Unidade de Proteção Integral com 157,3 hectares, que possui um rico patrimônio natural, composto por cavernas e por diferentes formações rochosas, onde as mais conhecidas são a Pedra da Boca, Pedra da Caveira e Pedra do

Letreiro, esta última também conhecida como Pedra da Santa (LUCAS, 2012). O local é visitado por diversos turistas, pois contém um grande valor significativo para várias modalidades de turismo, sendo eles o ecoturismo, turismo de aventura (ex.: rapel, escalada), turismo religioso e pesquisas científicas (CAVALCANTE; CESTERO, 2010).

Segundo afirma Gualberto (2014), o turismo religioso é a seção turística que apresenta um dos maiores índices de crescimento no mundo e, desta maneira, pode contribuir para o desenvolvimento da região de inserção. De acordo com o Ministério do Turismo (2014), as viagens motivadas pela fé mobilizaram cerca de 17,7 milhões de peregrinos no Brasil, mostrando assim a ascensão desta modalidade turística. A prática deste turismo é feita em espaços classificados sagrados como santuários, estátuas, igrejas, monumentos e festas religiosas que são comemoradas em um escolhido período do ano.

O Santuário de Nossa Senhora da Fátima, localizado no PEPB, é um local de romarias e peregrinação, onde as missas são ali realizadas a todos os domingos e todos os dias 13 de cada mês, sendo o seu destaque para o dia 13 de Maio, onde o número de fiéis que visitam o santuário chega a um contingente de aproximadamente 10 mil fiéis, de acordo com a Arquidiocese de Guarabira, que é a gestora do local. Contudo, é percebida a falta de conscientização por parte dos visitantes no que diz respeito à preservação do meio ambiente, onde estes, por exemplo, realizam sua peregrinação, fazem algum tipo de refeição, e descartam o resíduo na natureza, causando assim um impacto ambiental no local, visto o número de fiéis presentes ali e que podem também estar realizando este ato de agressão ao meio ambiente.

O presente estudo tem como objetivo verificar as possíveis ocorrências de impactos ambientais oriundos do turismo religioso no Parque Estadual Pedra da Boca (PEPB), localizado no município de Araruna – PB, buscando analisar o turismo em Unidades de Conservação (UC's), com a realização de visitas ao santuário localizado no PEPB a fim de observar a prática religiosa local, apontando os casos de degradação ambiental encontrado e poder propor alternativas para o manejo sustentável do parque.

Metodologia

Este trabalho foi desenvolvido no período de Março a Maio de 2015 no PEPB, com uma média de 02 visitas mensais, onde foi utilizado como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica, que tem como base pesquisas registrada em artigos científicos e sites, que discorrem sobre o tema trabalhado neste artigo, entre 2000 e 2014. Ainda houve como procedimento a observação “*in loco*” do turismo religioso no Santuário de Nossa de Fátima de Fátima, inserido no PEPB.

Resultados e discussões

Na primeira visita realizada ao Santuário no dia 13 de março foi observado um pequeno número de fiéis na celebração onde estes eram oriundos do entorno do Parque. Foi percebido que o local estava aparentemente limpo, não havia lixo espalhado pelo local, estava tudo acomodado nos 02 pequenos reservatórios de lixo que são encontrados nas dependências do Santuário. Pôde-se reparar também que mesmo com a área do Santuário limpa, ao redor da base da Pedra da Santa, local onde está acomodado o antigo altar com a imagem da santa, são encontrados resíduos em uma discreta quantidade, mas que é percebido aos olhos de qualquer visitante. Há fuligem decorrentes de velas acesas pelos romeiros próximo ao altar encontrado na formação rochosa, como também parafina das velas derretidas que ficam encrostadas no solo e em partes da rocha. Mesmo havendo um local nas dependências internas do Santuário para que os pagadores de promessas depositem suas homenagens ao alcançarem a graça pedida, muitas destes fiéis insistem em fixar estas na própria Pedra do Letreiro, causando assim uma poluição visual, visto também que com as correntes de ar que circular na cavidade desta rocha pode ser que algumas destas homenagens (pedaços de roupas, por exemplo), caíam no momento em que as velas estejam acesas, causando assim um desastre ambiental, neste caso um incêndio no entorno do Parque. Foram percebidas também muitas pichações na rocha, inclusive bem próximas as inscrições rupestres encontradas nesta. Inscrições estas que podem vir a desaparecer por causa da fuligem expelida pelas velas. Pode-se visualizar também que no trecho pavimentado recentemente que dá acesso ao Parque e conseqüentemente ao Santuário, que existem muitos

resíduos deixados pelo término da obra, em que nem a empresa responsável e nem a gerência do Santuário fez a limpeza necessária. Estes casos acima citados também foram percebidos em observações “*in loco*” realizadas no decorrer deste trabalho.

No dia 13 de Maio, dia da Romaria de Nossa Senhora de Fátima e dia de maior concentração de fiéis ao Santuário foi percebido um grande número de fiéis, devotos e visitantes no Parque para participarem do evento. Já no início do PEPB é reparada uma grande concentração de veículos (carros, motos, ônibus) alocados em estacionamentos privados, como também de forma desordenada no acostamento da estrada, deixando assim o tráfego interditado; visto que no Santuário existe um estacionamento próprio, mas por causa da estrada principal ser obstruída por alguns carros e pelas barracas de comércio (confeções, alimentos, miudezas, artigos religiosos, etc.) fica quase impossível usar este benefício.

Também é explícita a quantidade de resíduos sólidos espalhados no percurso do Parque e no Santuário nem todos os fiéis tem a consciência que estão a degradar o meio ambiente, como também os comerciantes (barraqueiros) que não se preocupam em colocar depósitos de lixo em seus estabelecimentos; os dois reservatórios de lixo do Santuário foram substituídos por outros novos apenas isso, não crescendo em quantidades.

Conclusões

Diante dos dados levantados e das análises realizadas, com o término do estudo concluímos que:

- O turismo religioso praticado no PEPB é executado de forma desordenada e predatória, visto que são encontrados nitidamente vários impactos de ordem ambiental, necessitando urgente de planos de ação para manutenção e proteção desta UC, por parte da SUDEMA e pela Arquidiocese de Guarabira/PB e Paróquia de Araruna/PB;
- Um dos grandes problemas encontrados no PEPB é a falta de seu Plano de Manejo, que é previsto no art. 2, inciso XVII da lei Nº 9.985 do SNUC, tornando-o assim o Parque propenso à degradação, pois não detém de uma fiscalização efetiva, nem para prevenir, tampouco para punir;

- O desenvolvimento de campanhas educativas em Educação Ambiental pelos órgãos responsáveis pelo Parque e Santuário é uma boa alternativa, pois conscientizará os visitantes, devotos e moradores locais no que se refere ao uso e manutenção da natureza;
- Aumentar a fiscalização por órgãos ambientais poderá controlar a degradação ambiental causada através da visitação desordenada, poluição sonora oriunda do comércio, desmatamento de áreas nativas em dia de Romaria;
- A instalação de mais coletores de resíduos sólidos seria responsável pela diminuição da contaminação do solo e do lençol freático do entorno;
- A criação de um local apropriado para os fiéis acender velas nas dependências do anfiteatro cessaria com a fuligem que atinge a Pedra do Letreiro e conseqüentemente desgasta as inscrições rupestres de grande valor arqueológico ali existente;
- Reflorestar o entorno do Santuário com espécies de flora endêmicas melhoraria a qualidade do ar ali respirado, visto que esta área do PEPB foi desmatado para dar lugar ao anfiteatro e seu estacionamento;
- Percebe-se que os impactos negativos do turismo religioso sobre o meio natural, neste caso em uma UC, são fatos que não deve ser desprezado pelos órgãos responsáveis, pois alguns danos são inconvertíveis e afetam as características naturais desses meios. É também essencial que os turistas e fiéis criem comportamentos sociais mais responsáveis e atitudes preservacionista no momento de suas viagens/visitas.

Referências

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de Julho de 2000. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC**. Brasília: PLANALTO. 2000. Disponível em http://www.planalto.gov.br/civil_03/LEIS/L9985.htm Acesso em 19 Mar 2015.

CAVALCANTE, Márcio Balbino. **Parque Estadual da Pedra da Boca/PB: Um olhar sobre o planejamento do ecoturismo em Unidades de Conservação na Paraíba**. Revista Okara: Geografia em debate, João Pessoa/UFPB, v.1, n.2, p. 62-78, 2007.

CAVALCANTE, Márcio Balbino. CESTARO. Luiz Antonio. **Potencialidades do Bioma Caatinga: O Caso do Parque Estadual da Pedra da Boca – PB**. Anais do XVI Encontro

Nacional dos geógrafos. Porto Alegre, 25 a 31 de Julho de 2010.

GUALBERTO, Karla Kátia Mouzinho. **Turismo Religioso: Uma Conexão Possível no Parque Estadual Pedra da Boca, Araruna – PB.** 15f. Monografia (Curso de Especialização em Ciências Ambientais). Faculdades Integradas de Patos, Guarabira, 2014.

LUCAS, Sabrina Belmiro. **A Biodiversidade do Parque Estadual Pedra da Boca – Araruna/PB.** 35f. Monografia (Curso de Graduação em Ciências Naturais) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.